

Ética como instrumento de justiça social

Em 20 de fevereiro, celebra-se o Dia Mundial da Justiça Social, instituído pela Resolução nº 62/10 da Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU), com o objetivo de fomentar a construção de sociedades mais justas e equitativas. Segundo [reportagem da ONU](#), “uma iniciativa que ganha força é a criação de uma ampla Coalizão Global para a Justiça Social, visando fortalecer a cooperação multilateral e políticas alinhadas para promover os objetivos de justiça social.”

Pensar em justiça social é buscar mecanismos para garantir a equidade na distribuição de recursos, oportunidades e reconhecimento da dignidade humana em uma sociedade inclusiva, visando corrigir desigualdades estruturais e históricas. Afinal, apesar dos avanços, as desigualdades econômicas, de gênero, raciais e étnicas ainda são desafios centrais, que demandam não apenas a redistribuição de recursos, mas também mudanças culturais e estruturais profundas.

Nesse contexto, a ética pública desempenha um papel importante na formulação e implementação de políticas públicas mais justas e inclusivas, com o intuito de promover o bem comum e a justiça social, fortalecendo a cultura de consciência cidadã. Para tanto, envolve a responsabilidade dos governantes e da sociedade em prol dessas mudanças estruturais e na criação de sistemas que permitam a participação política ampla e a transparência.

Cabe ressaltar que a justiça social e a ética pública estão interligadas, pois ambas defendem um modelo de sociedade mais justo, onde a dignidade da pessoa humana e

os direitos humanos são respeitados e protegidos.

O [Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal](#) estabelece as regras deontológicas que refletem o compromisso do Estado com a sociedade e a promoção da justiça social para o crescimento da nação:

XIII - O servidor que trabalha em harmonia com a estrutura organizacional, respeitando seus colegas e cada concidadão, colabora e de todos pode receber colaboração, pois sua atividade pública é a grande oportunidade para o crescimento e o engrandecimento da Nação.

Portanto, a atuação ética de cada servidor público é um instrumento propulsor de justiça social no país.

Lembre-se! A Comissão de Ética do Iphan está à disposição para auxiliar os servidores nessa missão, oferecendo orientação, apoio e promovendo ações educativas que fortaleçam a conduta ética no dia a dia.

Garantir que a justiça social seja respeitada no país é um compromisso coletivo, e a nossa Comissão atua como um canal de diálogo e esclarecimento, ajudando a transformar princípios éticos em práticas concretas. Conte conosco para, juntos, contribuímos com um serviço público cada vez mais íntegro, transparente e comprometido com o bem comum.